

• Constituinte/Ordem Econômica

Diretor de Exploração da Petrobrás diz que houve um retrocesso

por Fátima Belchior do Rio
"É um retrocesso." Assim o diretor de exploração e produção da Petrobrás, Wagner Freire, reagiu à decisão da Assembleia Nacional Constituinte de proibir a assinatura de novos contratos de risco para exploração de petróleo no País.

ceiros países mas, segundo o diretor, os soviéticos atuam em "joint-venture" com os japoneses, na exploração de petróleo ao norte do Japão.
Para o presidente da Aepet — a entidade defende a tese de que o contrato de risco é uma ameaça ao monopólio — a decisão da Constituinte revelou que este tema não está vinculado a partidos, nem a ideologias.

Contratos de risco foram eliminados

As decisões ainda serão ajustadas

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

A realização de contratos de risco para exploração de petróleo está proibida no País. Somente aqueles já firmados pela Petrobrás têm o seu término assegurado.

A decisão final sobre o tema foi tomada na sexta-feira pelos constituintes que rejeitaram emendas que permitiam ao Congresso Nacional autorizar a celebração desses contratos.

Apesar do quórum baixo — estavam presentes à sessão menos de quatrocentos constituintes —, foram aprovados a ordenação dos transportes e o tratamento diferenciado para as microempresas.

Uma fusão de emendas, resultante de acordo entre as lideranças e aprovada por 321 votos contra apenas dois e sete abstenções, deixou para a lei ordinária dispor sobre a ordenação dos transportes aéreos, marítimos e terrestres. A lei também assegurará a regularização da utilização das embarcações de pesca.

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

As decisões da Assembleia Nacional Constituinte que implicam obrigatoriamente mudança da ordem jurídica vigente serão regulamentadas nas disposições transitórias da futura Constituição.

É o caso, por exemplo, da nacionalização da exploração mineral em todo o território nacional, aprovada na quinta-feira pelos constituintes.

Hoje, 38% da exploração do solo e subsolo brasileiros é feita por empresas estrangeiras que obtiveram, legalmente, a concessão para pesquisa e lavra.

Como, na prática, isso seria custoso para o País, uma vez que as empresas poderiam pedir vultosas indenizações, os constituintes devem fixar um prazo para que essas empresas, se quiserem continuar operando no País, transfiram a maioria do capital

para pessoas domiciliadas no Brasil.

Nos dois projetos que servem de base às votações — o projeto elaborado pela Comissão de Sistematização e o substitutivo do "Centrão" — esse prazo não está fixado.

Do projeto da Sistematização consta apenas, no artigo 53 das disposições transitórias, que ficarão sem efeito as autorizações de pesquisa e as concessões de lavra, na data da promulgação da Constituição, que estejam inativas ou sem produção, ou cujos trabalhos exploratórios ou extrativos não tenham sido comprovadamente iniciados nos prazos legais.

Na quinta-feira, quando a nacionalização da mineração foi aprovada, os defensores da proposta — os partidos de esquerda e a liderança do PMDB — se comprometeram a dar um prazo para que as empresas estrangeiras fi-

zessem a transferência do controle acionário, mantendo, assim, os contratos em vigor. A proposta inicial, sugerida pelo PDT, foi de cinco anos.

A decisão, porém, não é definitiva. O vice-líder do PMDB, deputado Antônio Brito (RS), reconhece que, para muitos constituintes, esse prazo é curto, mas observa que somente um acordo, nos moldes do que decidiu a proposta de nacionalização na quinta-feira, é que permitirá formar uma maioria para determinar esse prazo.

Para o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), que é contrário à nacionalização e foi um dos negociadores do "Centrão" nesse episódio, o prazo de cinco anos já foi inicialmente acertado entre as lideranças partidárias e suprapartidárias. "Modificá-lo para mais ou para menos, só através de negociação", afirmou. De fato, para acelerar os trabalhos da Constituinte, seu presidente, Ulysses Guimarães, instaurou a prática de dar preferência à votação de propostas que re-

sultam de negociação. Essa prática tem permitido flexibilizar a aplicação do regimento, que previa originalmente apenas a votação de emendas apresentadas até o final de janeiro deste ano.

De qualquer forma, para constar do texto constitucional, qualquer decisão deve ser aprovada na votação em segundo turno. Essa será a última etapa dos trabalhos dos constituintes, que, nessa fase, só poderão apresentar emendas supressivas ao texto aprovado em primeiro turno.

Assim, tecnicamente, se for apresentada uma emenda propondo a supressão do texto constitucional da nacionalização, ou de parte do artigo que concede a exploração somente a empresas brasileiras de capital nacional e a emenda sendo aprovada por 280 votos, não haverá mais a restrição à atuação do capital estrangeiro nesse setor.

A possibilidade, contudo, é considerada improvável por Andrada. Segundo ele, qualquer alteração, "a esta altura", é difícil.

Contratos foram criados por Geisel em 75

por Fátima Belchior do Rio

Por cadeia de rádio e televisão, na noite de 9 de outubro de 1975, o presidente Ernesto Geisel anunciou a abertura da exploração do petróleo no Brasil às empresas estrangeiras.

Durante os anos em que o País conviveu com esta modalidade de prestação de serviços, a Petrobrás e as mais diferentes empresas estrangeiras firmaram 243 contratos. Hoje, eles somam 43 sob a responsabilidade das firmas nacionais.

Oil, um ramo norte-americano da Royal Dutch Shell, anglo-holandesa, que descobriu, pela primeira vez, gás natural na bacia de Santos. A nacional Azevedo Travassos descobriu petróleo na bacia terrestre do Rio Grande do Norte, enquanto a norte-americana Texaco teve boas indicações em trabalhos preliminares realizados na ilha de Marajó.

A história do contrato de risco no Brasil movimentou US\$ 1,6 bilhão, desde 1976, ano do início efetivo dos trabalhos. Neste ano, a Petrobrás, detentora do monopólio, investiu US\$ 2,2 bilhões, devendo chegar ao final do ano com uma produção de óleo de 610 mil barris por dia.

Distribuição continua normal, diz Ozires

por Edson Beú de Brasília

O presidente da Petrobrás, Ozires Silva, não gostou da decisão da Constituinte de proibir a assinatura de novos contratos de risco para prospecção de petróleo no País, mas garantiu que a medida não vai prejudicar o sistema de abastecimento.



Ozires Silva

1,6 bilhão. "Uma soma muito pequena", observa. Em função desse nível de investimento, "o capital estrangeiro em nada contribuiu até agora para aumentar a produção nacional", assinala.

O presidente da Petrobrás manifestou descontentamento com a legislação tributária aprovada pela Constituinte. Ele prevê uma desorganização geral dos preços dos combustíveis no País, em decorrência principalmente, da extinção dos impostos únicos. "Não sei como ajustar isso. É muito complicado. Enfim, foi o que eles aprovaram", reclamou. O presidente deixou transparente também sua insatisfação com o congelamento da URV para os servidores da empresa.

Grupos começaram a reduzir investimentos há dois anos

por Jurema Boesse de Brasília

Os principais grupos de mineração que atuam hoje no Brasil já começaram a reduzir os seus investimentos em pesquisa mineral a partir de 1986, em face da incerteza do setor quanto à possibilidade de a nova Constituição nacionalizar a exploração mineral em todo o País, o que de fato ocorreu na última quinta-feira.

A avaliação e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e consta de uma publicação do coordenador de Prospecção Mineral do Departamento, Manoel da Redenção e Silva.

Segundo o trabalho, os investimentos em pesquisa mineral nas áreas de alvarás, em 1985, atingiram cerca de US\$ 100 milhões; em 1986 este número ficou um pouco abaixo, e para 1987 a estimativa é de que os investimentos em pesquisa atingiram US\$ 90 milhões, sendo que os grandes grupos — Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM), Anglo American, grupo sul-africano que tem participação na Mineração Morro Velho juntamente com a Bazzano Simonsen, que é brasileira, a British Petroleum, Cesbra, Marex, Votorantim e a Paranapanema — ampliaram, no conjunto, cerca de US\$ 43 milhões.

A expectativa do presidente do DNPM, José Belfort é de que a decisão da Constituinte traga prejuízo no campo da pesquisa e uma estagnação da produção mineral num primeiro momento. Segundo ele, "a decisão dos constituintes poderá ser um elemento inibidor da pesquisa mineral no País". O processo de pesquisa de uma lavra vai de 10 a 15 anos até que a exploração propriamente di-

maioria — 362 votos favoráveis, um contra e três abstenções —, os constituintes decidiram tornar princípio constitucional o tratamento diferenciado hoje concedido por lei ordinária às microempresas. Esse tratamento tem por objetivo incentivar as mi-

cro e empresas de pequeno porte, através da simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias.

A sessão foi suspensa pouco antes do meio-dia por falta de quórum, quando faltava a votação de

quatro emendas para o encerramento do capítulo.

Nesta segunda-feira, as votações do capítulo I, do título que trata da Ordem Econômica devem terminar e os constituintes iniciaram as votações do capítulo II, referente à política urbana.

Essa condição poderia inviabilizar o usucapião às vésperas de sua concessão. Basta para isso que antes de o poder público dar o registro de propriedade, outra pessoa alegue ser dono do imóvel usucapiado.

No texto, o projeto do "Centrão", porém, faz mais uma exigência para a concessão do usucapião, que é a não-existência do reconhecimento de domicílio alheio.

Essa condição poderia inviabilizar o usucapião às vésperas de sua concessão. Basta para isso que antes de o poder público dar o registro de propriedade, outra pessoa alegue ser dono do imóvel usucapiado.

British Petroleum pode cancelar investimento

por Riomar Trindade do Rio

A primeira consequência prática, em termos de desestímulo ao ingresso de capital externo, da nacionalização da exploração mineral no País, decidida pela Constituinte na quinta-feira, poderá vir a ser o cancelamento pela British Petroleum Mineração (BPM) associada a um grupo nacional, de um investimento de US\$ 200 milhões, para a produção de níquel, cobalto e cobre em Minas Gerais.

O DNPM não conta entre seus dados a parte do território brasileiro que está bloqueada para os pedidos de pesquisa ainda não autorizados. Para o coordenador de Prospecção Mineral do DNPM, não é correto tecnicamente utilizar esses dados, sob pena de a avaliação "incorrer em erros ou sofismas, e até no falso sentido da verdade quanto ao setor mineral".

da pelo grupo inglês BP Company — Cláudio Galeazzi.

"Estamos procurando interpretar as decisões com serenidade. A BP tem experiência, pois atua em mais de setenta países", acrescentou Galeazzi. De acordo com ele, até a semana passada havia "quase 100% de probabilidade da formação de uma 'joint-venture' com um grupo nacional" — que Galeazzi preferiu não identificar — para a montagem de um complexo minero-industrial em Fortaleza de Minas (MG), para a produção de níquel, cobalto e cobre. "Um investimento de US\$ 200 milhões em três anos, a partir de outubro próximo", enfatizou.

A empresa manifestou-se "desapontada e apreensiva"

por Tom Camargo de Londres

A matriz inglesa da BP Mineração, a BP Minerals International, uma subsidiária da British Petroleum, manifestou-se, na sexta-feira, "desapontada e apreensiva" com o resultado da votação realizada no âmbito da Constituinte e que decidiu, preliminarmente, pela restrição da participação do capital estrangeiro em atividades de mineração no Brasil.

Tendo investido cerca de US\$ 130 milhões, desde 1981, na prospecção e exploração de ouro, estanho, níquel e cromo em várias partes do Brasil, a companhia pretendia, segundo seu coordenador regional para as Américas, John Mitchell, "realizar novos e maiores investimentos, mas agora parece que as portas foram fechadas à nossa frente".

leis relacionadas com o também sensível setor de petróleo, de forma a atrair maiores investimentos diretos estrangeiros.

Outro exemplo seria o da Venezuela, que teria seguido sugestões embutidas no Pacto Andino e tornado mais fáceis, em termos administrativos, as relações do capital externo com o setor mineral doméstico.

A interpretação da decisão da Constituinte, em Londres, entre empresários que se reuniram na sexta-feira para um almoço na Câmara de Comércio do Brasil na Grã-Bretanha, é de que o momento econômico brasileiro seria muito vulnerável para "espantar ainda mais a caça", como disse um funcionário graduado de um dos maiores bancos ingleses.

No entender de diversos desses empresários, o setor mineral brasileiro não precisaria de proteção constitucional, tendo provado, na prática dos negócios, que é capaz de competir com, e bater em, empresas estrangeiras em vários segmentos do mercado.

"Qualquer decisão radical trabalha contra o setor mineral brasileiro como um todo (...). É mais um acontecimento que deixa o Brasil marcado como um mau risco", disse o funcionário do banco.

Segundo o novo presidente da Câmara, "sir" William Harding, ex-embaixador do Reino Unido no Brasil, o País está enfrentando, no âmbito da Constituinte, uma disputa entre "modernistas" e "tradicionalistas", com os primeiros cultivando um sonho impossível: "Não há como criar um jardim do Eden (para o Brasil) onde não existam serpentes capitalistas". (Ver página 4).

Table with 5 columns: Nº, Denominação, País, % PMB, Participação nas seguintes empresas. Lists various mining companies and their ownership percentages.

Para Aureliano, a decisão foi acertada

por Edson Beú de Brasília

"O capital estrangeiro que vem para o Brasil para sentar em cima de nossas riquezas, sem explorá-las convenientemente, não pode ser bem-vindo". Com essa contundente ressalva, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, justificou seu inteiro apoio à deliberação da Constituinte de nacionalizar a exploração de minério no País.

contém falhas que permitem às empresas, nacionais e estrangeiras, requererem imensas áreas do território brasileiro para pesquisá-las, mas nada fazem. Por isso, ele acha que o capital externo, ao invés de beneficiar, "entra o desenvolvimento nacional".

O ministro informou que, recentemente, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), vinculado à sua Pasta, enviou ao Congresso Nacional um levantamento da atuação das empresas mineradoras no País. O coordenador de prospecção mineral do DNPM, Manoel de Redenção e Silva, considera os resultados do trabalho das empresas multinacionais muito insatisfatórios.